

Uma análise das etapas constitutivas do capitalismo e apontamentos sobre a contemporaneidade

Grasiela Cristina da Cunha Baruco

Professora Adjunta no Curso de Economia do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ).

E-mail: grasielabaruco@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar a conformação histórica do capitalismo, destacando os principais elementos distintivos de cada uma de suas etapas constitutivas. Para tanto, retomando a periodização proposta por Mandel (1982) e a análise crítica de Marx (1988) acerca do capitalismo, discutem-se as fases comercial/ mercantil, clássica/ liberal e imperialista. Por fim, a última seção faz apontamentos para discussão do capitalismo contemporâneo, sendo que, por um lado, este é fortemente condicionado pela crise dos anos 1970 (cuja principal resposta foi a ideologia neoliberal e sua prática correspondente) e, por outro lado, se tenta avaliar, ainda que de maneira preliminar, se o neoliberalismo condiciona uma nova etapa do atual modo de produção.

Palavras chaves: capitalismo; fase comercial; fase clássica; imperialismo; neoliberalismo.

Abstract: *The objective of this paper is to analyze the historical conformation of capitalism, highlighting the key distinctive elements of each of its phases. Therefore, following to the periodicity proposed by Mandel (1982) and critical analysis of Marx (1988) about capitalism, we discuss the commercial, classical and imperialist phases. The last section provides notes for discussion of contemporary capitalism that is strongly influenced by the crisis of 1970 (with the neoliberal ideology and the corresponding practice as its most important response). Finally, we assess, in a preliminary way, if neoliberalism determines a new phase of capitalism.*

Key words: *capitalism; commercial phase; classical phase; imperialism; neoliberalism*

1. TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO E FASE COMERCIAL

De acordo com Hunt (1981), o modo de produção feudal, presente na Europa medieval, teve como atividade predominante a agricultura, sendo principalmente os avanços técnicos nesse setor que, após um longo período histórico, possibilitaram a dissolução do feudalismo. Os avanços na agricultura, e o aumento de produtividade deles resultantes, tornaram viável um rápido aumento populacional e um aumento da concentração urbana correspondente. O crescimento dos centros urbanos, por sua vez, possibilitou o desenvolvimento da manufatura, com resultantes ganhos de produtividade e crescimento do comércio, inclusive o de longa distância.

Ainda que o comércio não possa ser considerado a principal força na dissolução do feudalismo, o desenvolvimento urbano e industrial, e o próprio comprometimento da força de trabalho do feudo que sua ampliação acarretava contribuiu para o enfraquecimento do feudalismo. Em sua argumentação, Marx (1988) apresenta a questão nos seguintes termos:

O desenvolvimento do comércio e do capital comercial leva por toda parte a orientação da produção para o valor da troca, aumenta seu volume, a diversifica e a cosmopolitiza, desenvolve o dinheiro tornando-o dinheiro mundial. O comércio age por isso em todas as partes mais ou menos como solvente sobre as organizações preexistentes da produção, que, em todas as suas diferentes formas, se encontram principalmente voltadas para o valor de uso. (Marx (1988, v. 4, p. 237)

Na interpretação de Hunt (1981, p. 35), a importância do capital comercial, levou a uma crescente necessidade de extensão, por parte do capitalista comerciante, do controle do processo de circulação para o processo de produção, sendo que este movimento tem como contrapartida a separação do trabalhador das condições objetivas de sua existência fundamental, o que foi fundamental para a dissolução do modo de produção feudal. Isso porque, para existir, a relação social de produção tipicamente capitalista necessita que se tenha constituído uma classe de homens livres e despossuídos ou, como afirma Marx (1988):

o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidos pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubadas. Marx (1988, v. 2, p. 252).

Esse processo, no qual se passa a contar com a existência de uma classe trabalhadora (coletiva) que possui apenas sua força de trabalho como mercadoria para oferecer à venda no mercado, só foi possível graças à constituição da propriedade privada dos meios de produção, sendo que a “propriedade privada, como antítese da

propriedade social, coletiva, existe apenas onde os meios de trabalho e suas condições externas pertencem a pessoas privadas” (MARX, 1988, v. 2, p. 282), no caso aqui, ao capitalista comerciante.

A fase comercial ou mercantil do capitalismo tem início, portanto, com a “acumulação primitiva e vai até os primeiros passos do capital para controlar a produção de mercadorias e, nela, comandar o trabalho, mediante o estabelecimento da manufatura, cobrindo do século XVI a meados do século XVIII” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 170). As pré-condições para a plena constituição desse novo modo de produção estavam dadas naquele momento, quais sejam: (i) a extensão do controle capitalista para o processo produtivo e (ii) a constituição de uma classe que possui apenas sua força de trabalho para vender e garantir assim a sobrevivência.

Especificamente nos séculos XVII e XVIII, grande parte dos grandes livres-pensadores europeus se dedicava ao desafio de compreensão da nova forma de sociedade em desenvolvimento.¹ O pensamento iluminista pode ser considerado o momento de ápice de maturação dessa tentativa de compreensão, sendo que, no século XVIII, já há uma grande clareza do que poderia ser considerado arcaico e o que era o “novo”.

Para a filosofia tradicional alemã, as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais em desenvolvimento, que culminariam na Revolução Industrial na Inglaterra e na Revolução Francesa, tenderiam a se expandir posteriormente para os outros países da Europa. Para filósofos tradicionais como Kant e Hegel, pensando a realidade a partir de um ponto de vista periférico naquele momento (a Alemanha), era preciso idealizar como aquelas transformações se realizariam em seu país. Não à toa, esses pensadores são denominados de idealistas, principalmente pela prevalência em seus sistemas da “ideia” frente ao “objeto”, como se este só existisse em função daquele.

Para Kant seria possível somente pensar o processo histórico revolucionário, sendo que o próprio ato de pensar já era sua parte integrante. A preocupação de Hegel, autor que marca um segundo momento do idealismo alemão, era tentar compreender o elemento comum dos processos de transformação que ocorriam separadamente na Europa (Revolução Industrial na Inglaterra, Revolução Francesa e Reforma Protestante na Alemanha). Para Hegel, o elemento comum a esses processos era o pleno desenvolvimento da sociedade burguesa.

Em meados do século XIX, os resultados e limites da Revolução Burguesa na Inglaterra e na França já estavam claros. É neste contexto que Marx desenvolve seu pensamento crítico acerca dessa sociedade. Marx já havia há muito compreendido a necessidade de pensar a Revolução em outros termos, diferentes daqueles pensados nas últimas décadas do século XVIII por Hegel, por exemplo. Para Marx, a Revolução teria e precisaria de uma processualidade histórica, mas seriam necessários momentos de ruptura. Os eventos da Primavera de 1848 deixaram ainda mais clara a insuficiência das teorias do movimento revolucionário para superar a sociedade burguesa, bem como a

¹ O pensamento político do século XVII foi profundamente marcado pela obra de ingleses como Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704), enquanto a tônica do pensamento político do século XVIII é dada pela França, principalmente pelos ideais iluministas da Revolução Francesa.

necessidade de um aprofundamento da compreensão dessa sociedade. Como explica Gorender (1983):

À onda revolucionária desencadeada em 1848 seguiu-se o refluxo das lutas democráticas e operárias. Por toda a Europa, triunfava a reação burguesa e aristocrática. Marx relacionou o refluxo à nova fase de prosperidade, que sucedia à crise seguinte a fim de recolocar na ordem do dia objetivos revolucionários imediatos. Com uma paixão obsessiva, entregou-se à tarefa que se tornaria a mais obsorvente [sic] de sua vida: a de elaborar a crítica da Economia Política enquanto ciência mediada pela ideologia burguesa e apresentar uma teoria econômica alternativa, a partir das conquistas científicas dos economistas clássicos. Gorender (1983, p.17)

Em 1866, Marx tinha em mãos o rascunho completo de todas as teses que fariam parte de *O Capital: Crítica da Economia Política*. Em 1867, o primeiro dos três livros de *O Capital* foi publicado na Alemanha. Nessa obra, Marx deixa clara sua perspectiva, segundo a qual a complexidade do capitalismo e da sociedade burguesa exigia uma teoria crítica a altura desta, que fosse capaz de realizar a tarefa de sua transformação, de sua superação. Essa teoria, alimentando o nível prático de ação, poderia ser capaz de efetivamente realizar aquela transformação. Marx toma emprestado aqui um conceito hegeliano (originalmente trabalhado pelos filósofos gregos), qual seja, o de *filosofia da práxis* que, de forma sucinta, pode ser entendido como sendo a unidade entre pensar e agir. Ao contrário da filosofia tradicional, que separa a tarefa de pensar e executar a Revolução (em alguns casos, como em Kant, entendendo que a primeira delas é um momento da segunda), Marx propõe uma “anti-filosofia”, isto é, a realização da filosofia, e realizá-la significava transformar a realidade.

Em *O Capital*, Marx (1988) inicia sua análise da compreensão do capitalismo afirmando que a forma de riqueza nessa sociedade aparece como uma imensa coleção de mercadorias. A produção dessa imensa coleção de mercadorias só é possível porque as forças produtivas estão organizadas para esse fim. A mercadoria pode ser definida como a unidade de dois elementos: valor de uso e valor de troca. Em todas as épocas históricas os homens foram impelidos a produzir valores de uso, sendo este determinado por uma relação do homem com a natureza, ou seja, é possível afirmar que bens que pelas suas características satisfazem as necessidades humanas (sejam elas originárias do estômago ou da imaginação), tem valor de uso.² Um valor de uso visto assim, apenas pelo aspecto de sua qualidade(s), não é mercadoria, trata-se tão somente de uma objetividade posta pela própria necessidade de sobrevivência. Já o valor de troca é determinado por uma relação entre os homens, e esta relação é socialmente construída. Assim, é possível

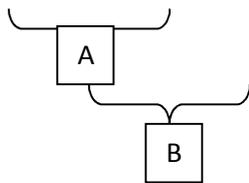
² Apesar de Marx reconhecer que “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (MARX, 1988, v.1, p. 45), o seu conceito de valor de uso é distinto da noção moderna de utilidade. Para esta, a valoração do bem é consequência da relação subjetiva do homem com o produto, independentemente da forma como ele foi produzido. Supõe-se a existência do bem e, a partir daí, o homem atribui-lhe mais ou menos valor dependendo de sua saciedade. Em Marx, a situação é completamente diferente. A satisfação das necessidades por um valor de uso qualquer só é possível graças às propriedades materiais deste.

encontrar uma sociedade sem valor de troca, ou seja, sem que se estabeleçam relações sociais mediadas pelo valor de troca, mas não é possível encontrar uma sociedade na qual não exista valor de uso. Isto permite a Marx afirmar que “os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.” (MARX, 1988, v. 1, p. 46). Já o valor de troca tem sua determinação histórica (mercantil) bastante clara, ou seja, o valor de troca é específico da sociedade capitalista.

O valor de troca é habitualmente expresso em termos do preço monetário de uma mercadoria, quer dizer, em termos da quantidade da mercadoria dinheiro que se pode obter em troca de uma unidade da mercadoria em questão. O dinheiro, portanto, é uma mercadoria especial, sendo que é em termos do dinheiro que os valores de troca são estabelecidos. Além de seu valor de troca, as mercadorias só possuíam mais duas características em comum: todas têm valor de uso e todas são produzidas apenas pelo trabalho humano. Marx identifica como sendo o único elemento comum a todas as mercadorias e diretamente comparável em termos quantitativos o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção.

Em termos esquemáticos, numa sociedade mercantil, tipicamente capitalista, tem-se a seguinte forma de representação do processo de circulação das mercadorias:

$M - D - M' - D' - M'' - D - M''' \dots$ e assim sucessivamente.



Marx denomina A ($M - D - M'$) de circulação simples de mercadorias, sendo que o objetivo dessa circulação é conseguir um valor de uso (M') final diferente daquele que se tem no início (M), ou seja, o resultado de todo o processo é a troca de uma mercadoria por outra, quando se atinge esse resultado, o processo chega ao fim. Contrastando com esse processo, em uma circulação capitalista, denominada por B acima ($D - M - D'$), para um segmento da sociedade (os capitalistas), o processo de troca é muito diferente. Assim, no capitalismo, junto com a forma simples de circulação de mercadorias ($M - D - M$), encontramos outra forma especificamente diferente, $D - M - D'$, isto é, dinheiro – mercadoria – mais dinheiro (que é função da mais-valia). Note-se que a intenção aqui é comprar para vender mais caro – com o que o objetivo final é o valor, e não mais o valor de uso, sendo que o dinheiro que circula sobre a forma D' já é, potencialmente, capital – ou seja, um valor que se valoriza.

De acordo com Marx (1988):

Dinheiro [D] e mercadoria [M], desde o princípio, são tão pouco capital [$D - M \dots P \dots M' - D'$] quanto os meios de produção e subsistência. Eles requerem sua transformação em capital. Mas essa transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e

entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. [...]. A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e as condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. (Marx, 1988, v. 2, p. 252)

De acordo com Kohan (2007, p. 19-20), com o desenvolvimento da lógica e sociabilidade capitalistas, à classe social vencida (trabalhador coletivo) parece não restar alternativa senão formar parte dessa nova relação que o vencedor o obriga a construir. Com o tempo, o vencido acaba, de alguma maneira, por esquecer-se da confrontação inicial, passando a acreditar que tomou parte nessa relação social de forma “livre” e “voluntária”, o que é, inclusive, chancelado e reforçado pela ideologia dominante. Diferentemente do que ensinam os pressupostos da economia política (neo)clássica e sua racionalidade calculadora e instrumental, os sujeitos contratualistas não tomaram parte nessa relação por uma decisão racional, autônoma, soberana e autoconsciente.³ Estes economistas “se esquecem” da trajetória de constituição dessa relação de forças; a situação pós-vitória é vendida como algo eterno, imutável, ou seja, tem-se uma interpretação a histórica da realidade – talvez precisamente o que se pretende, dado que des-historicizar o exercício do poder é a chave para sua reprodução.

A ruptura da propriedade social, coletiva, que levou à constituição da propriedade privada e da relação social do capital, foi realizada, sobretudo, no âmbito do poder, como bem o demonstram os métodos que possibilitaram a acumulação primitiva de capital. A acumulação primitiva de capital é “nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 1988, v. 2, p. 252).

As relações sociais no capitalismo caracterizam-se, portanto, pelo fato de que uma classe, trabalhadora, composta pela grande maioria dos produtores diretos e

³ No âmbito da ciência econômica, a escola de pensamento neoclássica é também conhecida por escola marginalista, pois, ao reelaborar o pensamento clássico, fundamenta sua teoria subjetiva do valor na utilidade marginal, ou seja, ela compreende que o fundamento do valor está na utilidade (e não no trabalho). Já o pensamento clássico, ou escola de pensamento clássica, tem início com a publicação da obra *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, em 1776, e se estende até a publicação da obra *Princípios de Economia Política*, de John Stuart Mill, de 1848 – sendo marcada de forma decisiva pela obra *Princípios de Economia Política e Tributação* de David Ricardo, de 1817.

independentes, produz e reproduz as condições e meios necessários para sobrevivência, produzindo não só para a sobrevivência, mas também um excedente (mais-valia) e, por outro lado, uma classe que é minoria, capitalista, que se apropria deste excedente. Essa relação social se conformou num âmbito de “luta, de confrontação, de enfrentamento – inclusive com um alto grau de violência entre as forças que se enfrentam” (KOHAN, 2007, p. 25), sendo que o exercício da força material não se restringiu ao processo de acumulação primitiva, mas se estendeu às fases subseqüentes do desenvolvimento do capitalismo.

Entendido, em linhas gerais, a partir da leitura de Marx, o que constitui a sociabilidade capitalista, e retornando para a análise acerca da sua formação histórica, afirma-se que, na etapa inicial do capitalismo, teve papel preponderante o grupo social que emerge com a atividade econômica mais vigorosa do período, o comércio, trata-se dos comerciantes, mercadores ou burgueses. Nesse momento inicial, a burguesia, que acumulou grande quantidade de capital comercial e controla as principais atividades econômicas, é ainda uma classe revolucionária, na medida em que se confronta com os privilégios da nobreza fundiária feudal, isto é, se coloca contra o Antigo Regime.

Nesse sentido, o limite da forma social feudal no século XIV impulsionou o desenvolvimento do comércio (capital comercial) e, este, por sua vez, do próprio capitalismo. Mas o capitalismo, não se define pelo desenvolvimento da produção, mas sim por um tipo específico de produção, que se concretiza com a produção manufatureira. A partir de meados do século XVIII, esse novo modo de produção entra em uma nova fase, denominada liberal ou clássica, que se estenderia até o último terço do século XIX.

2. A FASE CLÁSSICA: REVOLUÇÕES E GESTAÇÃO DO NEOCOLONIALISMO

A fase liberal, ou clássica, do capitalismo tem início em meados do século XVIII.⁴ Trata-se de um momento histórico de significativa inflexão graças às profundas transformações ocorridas que incluem, em primeiro lugar, políticas que completaram a Revolução Burguesa na Europa, com a tomada do poder de Estado pela burguesia e, em segundo, a Revolução Industrial. A Revolução política francesa – como marco culminante e simbólico das revoluções burguesas – e a Revolução Industrial inglesa conformam o que Hobsbawm (1989) chamou de *Era das Revoluções*. Enquanto a primeira forneceu a base política e ideológica do novo modo de produção que se consolidava naquele momento, a Revolução Industrial definiu o norte da lógica da acumulação de capital, com o que, em termos do processo de acumulação, é o principal marco distintivo dessa fase do capitalismo.

A Revolução originária foi precedida por pelo menos 200 anos de crescimento econômico razoavelmente contínuo da Inglaterra, processo que lança suas bases. Esta

⁴ Esta fase é, muitas vezes, também conhecida como concorrencial, na tentativa de contrapô-la à fase seguinte, denominada de monopolista. Entretanto, esta diferenciação – aceita por alguns marxistas, como Baran e Sweezy (1974) e Sweezy (1983) –, pode induzir a uma interpretação segundo a qual, na fase monopolista do capitalismo, a concorrência entre os capitais seria restringida pelo processo de monopolização/oligopolização, o que, de fato, não ocorre.

Revolução não pode ser considerada apenas uma aceleração do crescimento econômico; trata-se de uma transformação política, econômica, social, cultural e tecnológica (ainda que este último elemento seja mais significativo num segundo momento), que levou a uma aceleração do crescimento. Foi uma Revolução única em toda a história, sendo que as posteriores puderam utilizar-se do seu exemplo, mas não a substituíram.⁵

A Inglaterra setecentista era um país desenvolvido – embora o fossem menos a Escócia, o País de Gales e a Irlanda – que havia acumulado grande quantidade de capital graças a uma política governamental que, de forma deliberada, subordinava toda a política externa aos objetivos econômicos e, como consequência, levava os ingleses a usufruírem de um pujante setor exportador. A conquista de mercados de exportação foi levada adiante fazendo uso dos instrumentos clássicos do processo de acumulação primitiva, tais como: as descobertas, seguidas pelo processo de colonização; o tráfico negreiro; a destruição dos mercados internos dos países para os quais a Inglaterra exportava, inclusive por meio de guerras, etc.

Além da acumulação prévia de capital dinheiro disponível para se transformar em capital industrial (o que pressupõe capital comercial e produção mercantil desenvolvida), outros instrumentos também auxiliaram na conformação das condições necessárias ao processo de Revolução Industrial, tal como os cercamentos. Também se fez necessária a constituição de uma estrutura comercial desenvolvida, com transportes e comunicação baratos e um setor manufatureiro extensivo e desenvolvido, para o qual contribuíram as políticas protecionistas inglesas.

O processo requereu ainda a unificação do Estado, que tem a capacidade de potencializar o desenvolvimento do capitalismo, na medida em que controla o exército nacional e protege o avanço do comércio exterior sobre a economia interna, via políticas protecionistas fundamentalmente. O Estado inglês naquele momento, ao centralizar a arrecadação de recursos via impostos, viabilizou também a plena constituição da infraestrutura necessária ao desenvolvimento dos mercados, possibilitou a criação de uma moeda única e a conformação de instituições necessárias para o financiamento do processo de industrialização.

Essa primeira fase do processo de industrialização (1780-1840) estava fortemente baseada na indústria têxtil, cuja principal matéria-prima é o algodão. A fabricação inglesa não contava com nenhuma superioridade competitiva, sua supremacia comercial era resultado do monopólio sobre os mercados consumidores, garantido pelo império britânico. Além disso, a tecnologia da manufatura de algodão era bem simples, assim como a maioria das mudanças que constituíram essa primeira fase da Revolução Industrial, ou seja, exigiam pouco conhecimento científico ou qualificação técnica, com o que o capital inicial mínimo exigido era relativamente pequeno e, a um número significativo de pequenos capitais, era acessível a empreitada industrial. Esta particular conformação de elementos, ao minimizar os requisitos necessários, também demandou um menor esforço de organização e planejamento governamentais, sem os quais a industrialização não teria êxito.

⁵ Há uma vasta literatura sobre esse período histórico. As principais referências utilizadas aqui foram Hobsbawm (1986) e Beaud (1991).

Iniciada em 1840, a segunda fase da industrialização apresenta elementos bastante distintos daqueles, em grande medida porque o processo agora se assenta na produção de carvão, aço e ferro – não por acaso a indústria símbolo naquele momento foi a ferrovia. A construção da ferrovia promove um efeito multiplicador sobre o restante da economia, na medida em que ao longo de seu trajeto se faz necessária a construção de estrutura econômica própria. Note-se que o processo de industrialização calcado no setor produtor de bens de consumo, ou departamento 2 (na terminologia de Marx nos esquemas de reprodução), típico da primeira fase da Revolução Industrial, é substituído por um modelo centrado agora no setor produtor de bens de capital e matérias-primas (departamento 1, ou seja, são “meios de produção para a produção de outros meios de produção”). Este processo de revolucionamento do departamento 1 tem impactos em todos os outros setores da economia, na medida em que estes passam a demandar bens de capital, completando assim não só o processo de industrialização, mas sobretudo concluindo a etapa definitiva de subordinação real do trabalho ao capital.⁶

A constituição da indústria de grande escala, nesses moldes, permite a enorme ampliação do crescimento da produtividade do trabalho, o que, no capitalismo, leva à redução do valor das mercadorias. Especificamente, a lógica do aumento da produtividade, impulsionada pelo estímulo da concorrência, passa a fazer parte das leis gerais de funcionamento deste novo modo de produção. Assim, enquanto a subsunção formal do trabalho ao capital significava, para Marx, a subordinação direta do processo de trabalho ao capital, a subsunção real do trabalho ao capital só se opera no momento em que esse processo de trabalho passa a ser revolucionado pela própria lógica de acumulação de capital. Quando o aumento de produtividade ocorre no setor que produz as mercadorias que compõem o valor da força de trabalho, este último se reduz, o que eleva a taxa de mais-valia, em um processo denominado por Marx de mais-valia relativa. Por isso Marx associava a subsunção formal do trabalho à produção da mais-valia absoluta (mera prolongação da jornada de trabalho), enquanto a subsunção real do trabalho está presente em todas as formas que leva à produção de mais-valia relativa.⁷

Além da introdução de novas tecnologias, uma das principais características da segunda fase da Revolução Industrial é o aumento da escala mínima de capital exigido, principalmente quando comparada com a primeira fase, isto é, o volume de recursos demandado para investimento no setor produtor de “máquinas que produzem máquinas” é significativamente superior. Esse volume de capital a ser investido requer um sistema financeiro mais desenvolvido o que, por sua vez, demanda uma maior complexidade de instituições (como o sistema bancário e as bolsas de valores) que possibilitem às empresas alavancar recursos. No caso da industrialização alemã, por exemplo, a solução encontrada foi a associação entre capital bancário e capital industrial, ao qual Hilferding (1985) denominou de capital financeiro.⁸ Um dos resultados do desenvolvimento das sociedades por ações, que também caracteriza essa fase da

⁶ A análise dos esquemas de reprodução em Marx está presente na seção III do livro 2 de *O Capital*.

⁷ Para um tratamento sistemático do processo de subsunção (formal e real) do trabalho ao capital, e sua relação com a produção de mais-valia (absoluta e relativa), ver Marx (1988), volume 1, especialmente p. 87-108.

⁸ Algumas referências clássicas sobre a categoria “capital financeiro” são as obras de Hilferding (1985) e Lênin (1986). Este último mais no sentido de relacionar a categoria com a fase imperialista do capitalismo.

industrialização, é a separação da propriedade do capital e de sua gestão. Além disso, o subsequente desenvolvimento do setor financeiro transfere o domínio econômico da burguesia comercial para a financeira.

Por fim, e em grande medida como desenvolvimento da condição anterior, é também característica marcante do período 1840-1895, a livre circulação de capitais, de mercadorias e de pessoas. No que tange à livre circulação de mercadorias e capitais, é importante destacar as exportações de bens de capital para os países que passam a se industrializar após a Inglaterra, como são os casos de Estados Unidos, França, Alemanha, Itália, Japão e Rússia. Esses processos de industrialização se beneficiaram duplamente, primeiro, porque graças ao volume de capital acumulado com a industrialização originária, a Inglaterra passou a financiar o capital requerido para industrialização desses países – que, obviamente, possuíam uma acumulação prévia de capital capaz de acompanhar essa industrialização e, segundo, porque puderam fazer uso da mesma base tecnológica – o que, no momento seguinte, significaria um entrave para o desenvolvimento da própria Inglaterra, na medida em que esses países passam a lhe empreender concorrência.

Nessa etapa do processo de acumulação que demarca a segunda fase da industrialização, a eclosão de diversos movimentos reivindicatórios na Europa, do qual é exemplo mais notório a Primavera de 1848, condicionaria a trajetória da classe trabalhadora nos anos seguintes, ou seja, “o século 19 emerge como o momento de consolidação da ordem burguesa capitalista, mas ao mesmo tempo, como embrião das lutas proletárias que se dariam por todo o século 19 e 20” (IASI, 2008, p. 8). Nesse sentido, como destacado na seção anterior, Marx e Engels tem clareza da insuficiência das teorias do movimento revolucionário e da necessidade de um aprofundamento da compreensão da sociedade capitalista. Diante disso, e dos acontecimentos de 1848, se colocam a seguinte questão: como combinar a afirmação materialista – segundo a qual as bases materiais para a transformação do capitalismo não estavam dadas ou, analogamente, não existiriam bases para um processo de transição ao socialismo antes do pleno desenvolvimento das forças produtivas –, e o princípio de que os trabalhadores deveriam agir com autonomia e independência de classe, e isso significava não caminhar a reboque da burguesia e de sua luta contra o poder feudal. A resposta encontrada por Marx e Engels é a organização dos trabalhadores em partidos independentes. Além disso, seria necessário caminhar com a burguesia nos momentos necessários (como na derrocada da ordem feudal) e caminhar contra a burguesia nos momentos em que esta tentava consolidar seus interesses contra os trabalhadores (IASI, 2008).

Além das revoluções burguesas na Europa e, como resultado delas, o surgimento da organização dos partidos proletários socialistas, um outro evento condicionaria a luta de classes nos anos que se seguiram, a “grande depressão” de 1873. De acordo com Hobsbawm (1986, p. 117), a “grande depressão” pode ser caracterizada como um estado de espírito generalizado de intranquilidade e temor quanto às perspectivas da economia britânica que, após seu progresso triunfal, consagrada com a Revolução Industrial, vê sua economia se estagnar.

A “grande depressão” não se restringiu à Inglaterra, foi um fenômeno de âmbito mundial, ainda que seus efeitos tenham sido sentidos de formas distintas pelos diferentes

países. Hobsbawm (1986) afirma que a crise de 1873 é, em grande medida, resultado do aumento da rivalidade entre os países industrializados, que resultou numa concentração e posterior queda acentuada dos lucros conquistados na primeira fase do processo de industrialização. Assim:

Ao se preencher o vácuo da procura, os mercados tendiam a se saturar, pois embora houvessem evidentemente crescido, não haviam crescido com suficiente rapidez – pelo menos internamente – para acompanhar a múltipla expansão de produção e capacidade de produção dos bens manufaturados. Ao declinarem os lucros colossais dos pioneiros industriais, comprimidos entre as tenazes da concorrência, que fazia baixar os preços, e da fábrica cada vez mais dispendiosa e mecanizada, com seus custos cada vez mais altos e inelásticos, os empresários começaram a procurar ansiosamente uma saída. Hobsbawm (1986, p. 119-120).

Ao final da crise, a concorrência intercapitalista força a saída da indústria de muitas empresas, num processo denominado por Marx (1988, v. 2, cap. XXIII) de centralização do capital. A alternativa encontrada, quando todas as principais economias desenvolvidas já se encontravam em etapa avançada de industrialização, sendo inclusive concorrentes dos produtos e nos mercados anteriormente sobre hegemonia britânica, foi o chamado neocolonialismo ou imperialismo, isto é, a divisão do mundo em esferas de influência e em colônias formais a serem subjugadas.

Os países centrais irão então se lançar num agressivo processo de busca, nos lugares mais remotos do mundo, por matérias primas e brutas necessárias ao avanço da industrialização. Os povos que não haviam sido invadidos militarmente seriam agora dominados pela via comercial. De fato, durante a vigência da fase clássica do capitalismo, estabeleceu-se o que, na fase subsequente haveria de consolidar-se e desenvolver-se: um sistema econômico internacional – mais exatamente, uma *economia mundial*. No entanto, “essa integração [mundial] se operou entre parceiros que dispunham de condições socioeconômicas muito desiguais e suas consequências contribuíram para ampliar e aprofundar tal desigualdade” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 172). A seção seguinte procura analisar estas mudanças, que levaram à constituição da chamada etapa capitalista imperialista.

3. IMPERIALISMO: CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL E GUERRAS MUNDIAIS

Em termos históricos, como destacado anteriormente, a saída da crise de 1873, particularmente a adotada pela Inglaterra, foi a conquista de novos territórios até então não explorados. Tem início a terceira etapa trabalhada no presente artigo, que começa a ser gestada em fins do século XIX, mais precisamente em 1880. Nesse momento exacerba-se a tendência à centralização do capital, fortemente impulsionada pelo

acúmulo de recursos em instituições bancárias, conduzindo à constituição dos modernos monopólios. Não à toa, essa etapa é denominada de monopolista ou imperialista.

Ainda que esta ressalva já tenha sido adiantada quando da análise da etapa clássica do capitalismo, é importante lembrar da implicação negativa de se denominar a etapa imperialista do capitalismo de monopolista, no sentido de que o processo de oligopolização/monopolização dos mercados restringe a concorrência entre os capitais. Nesse sentido, o próprio termo concorrência em Marx não possui o mesmo significado daquele que usualmente é utilizado:

Estas luchas son lo que Marx llama “competencia de capitales”. Pero este uso del término competencia no es el mismo que se hace en la “competencia perfecta”, cuyo opuesto es el “monopolio”. Para Marx, la progresiva concentración y centralización de capitales implica una “competencia de capitales” más feroz sobre partes del mundo progresivamente mayores. La llamada etapa “monopolista” del capitalismo no niega la competencia, más bien la intensifica. (SHAIKH, 2006, p. 471, nota 37).

Aqui se entende a etapa monopolista do capitalismo neste sentido, e não no de restrição/diminuição da concorrência entre capitais. Já a definição do que se entende por imperialismo pode ser buscada em Lênin (1986), autor da clássica interpretação dessa etapa do capitalismo. Ainda que Lênin reconheça “o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral”, ele afirma ser possível reconhecer cinco traços fundamentais que caracterizam o capitalismo imperialista, quais sejam:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais avançadas. (LÊNIN, 1986, p. 641-642)

Analisando o processo de acumulação, concentração e centralização de capital, Marx (1988) afirma que a centralização (termo utilizado para designar os modernos processos de concentração industrial):

(...) já não é concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. (Marx, 1988, v. 2, p. 187)

A partir de sua interpretação da obra de Marx, Hunt (1981) afirma que a propriedade privada dos meios fundamentais de produção foi suficiente para iniciar o capitalismo dirigido por suas próprias “leis de movimento”, mas, dadas as bases sociais, legais e econômicas do sistema capitalista, suas “leis de movimento” refletem a força motivadora que impele o sistema – a ânsia incessante de acumular capital. A posição social do capitalista e seu prestígio, bem como seu poder econômico e político, dependem do montante de capital acumulado. Isto significa que o capitalista é impelido a concorrer dada a concorrência acirrada, ou seja, o capitalismo exige que o mesmo acumule e se torne cada vez mais poderoso, a fim de vencer seus concorrentes. O processo de centralização torna-se, por extensão, fundamental para sua sobrevivência.

Dessa forma, a concorrência intercapitalista e a ânsia permanente de acumular capital caracterizam as “leis de movimento” do capitalismo. Em momentos de crise, essa concorrência se acentua, de forma que, como tendência, os pequenos capitais são expulsos ou incorporados por capitais maiores, aprofundando o processo de centralização do capital. Nesse sentido, a fase capitalista imperialista é distinta pela exacerbação da centralização de capital, nos chamados “monopólios”.

Para a classe trabalhadora, o efeito do processo de aumento da concorrência e da centralização de capital é uma alteração na proporção entre capital constante e capital variável (c/v) no processo produtivo, isto é, o crescimento do componente variável, ou da força de trabalho nele incorporada, mas em proporção cada vez menor ao crescimento da massa total de capital. Isso é resultado do crescimento da produtividade que acompanha a lei geral da acumulação capitalista⁹, refletido na subida da proporção MP/ FT (meios de produção / força de trabalho). Assim, conforme a acumulação de capital se processa, com o incremento de sua concentração e centralização, a demanda *relativa* por força de trabalho diminui, como consequência de adequação à concorrência, movida agora por um vigoroso e acirrado processo de centralização.

É importante destacar que esse processo não significa que a massa de força de trabalho (que o capital variável) seja decrescente com a acumulação de capital. A massa de capital variável cresce com a acumulação de capital, mas o faz em menor proporção quando comparada com a massa de capital constante, meios de produção. Esse aumento da relação MP/ FT que define o crescimento da produtividade do trabalho, característica do movimento geral do capital, é impulsionado pela força da concorrência entre os capitais. Na etapa monopolista-imperialista, essa concorrência não se arrefece, ao contrário, é exacerbada, pela tendência à centralização do capital – como se chamou a atenção anteriormente.

No processo de centralização, controlados os mercados nacionais, as empresas monopolistas partem para a conquista dos mercados externos, isto significa dizer que passam a dividir entre si e subjugar diversas regiões do mundo aos seus interesses. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) é o produto da profunda discordância em relação

⁹ “Em toda a produção capitalista é sempre de maneira muito complicada e aproximativa, com média nunca fixável de eternas flutuações, que a lei geral se impõe como tendência dominante” (MARX, 1988, v. 4, p. 120).

a essa divisão.¹⁰ Ao fim do conflito, as potências vitoriosas (os Estados Unidos, apesar de ter entrado na guerra tardiamente, em 1917, sai como principal vencedor) buscaram construir um acordo de paz que minimizasse ao máximo possível a possibilidade de um novo conflito tão devastador quanto aquele. Mas esta tentativa fracassou, o que, segundo Hobsbawm (1995), poderia ter sido evitado ou adiado caso a economia do pós-guerra tivesse sustentado taxas robustas de crescimento econômico. Ao contrário disso, nos anos 1920, o capitalismo conheceria uma de suas maiores crises.

A emergência e aprofundamento da crise dos anos 1920 é marcada por dois fenômenos intimamente relacionados, o primeiro diz respeito à organização e combatividade de amplos setores operários e, o segundo, à Revolução de Outubro, levada a cabo pelos bolcheviques na Rússia em 1917, sendo este um duro golpe contra o imperialismo.

De acordo com Netto e Braz (2007, p. 193-194), nesse momento, “mais do que o efeito econômico da Revolução Russa (que estreitou o mercado externo para os imperialistas), o que produziu um temor real na burguesia do Ocidente foi a possibilidade de ‘contágio’ [...]”. As condições internas de cada país determinariam a forma como suas burguesias nacionais contornariam esse efeito contágio. Nos países em que a democracia e o movimento operário e sindical estavam mais fortalecidos, houve avanços nos direitos trabalhistas (como na Europa Nórdica, Inglaterra, França e Estados Unidos). Em outros países, que não contavam com aqueles elementos, as intervenções estatais se deram de acordo com a antidemocracia capitalista “levada ao extremo pelos monopólios: com a supressão de todos os direitos e garantias ao trabalho e aos trabalhadores, instaurando-se o regime político mais adequado ao livre desenvolvimento dos monopólios – o fascismo”.

A Segunda Guerra Mundial, que teve início em 1939 e se estendeu até 1945, prepararia o terreno para a implantação daqueles regimes. Após a Segunda Guerra Mundial as experiências em termos de avanços trabalhistas iniciadas na década de 1930 mostraram-se factíveis. Esses avanços se estruturam nos chamados *welfare states* (Estados de Bem-Estar Social), ou seja, novas formas de intervenção estatal que conciliavam interesses capitalistas e da classe trabalhadora. Era preciso, no entanto, a constituição de um arcabouço teórico que justificasse essas transformações, dado que nas décadas anteriores, até a crise dos anos 1920, as teses contrárias à intervenção do Estado na economia, ao menos no plano do discurso, foram hegemônicas. Este novo suporte teórico foi oferecido por John Maynard Keynes. Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial e se estenderam até o início dos anos 1970, as ideias de Keynes experimentaram grande prestígio. Na periodização aqui adotada, este período, conhecido como “anos dourados”, “anos gloriosos”, “era de ouro”, etc, do capitalismo, faz referência à segunda fase do capitalismo monopolista (ou imperialista).

¹⁰ De acordo com Hunt (1981, p. 376-399), no último terço do século XIX, a expansão imperialista significou, na prática, uma ocupação a força de milhões de km² do mundo (a Inglaterra foi responsável por 11 milhões de km²; a França ocupou 8 milhões de km²; a Alemanha 2,5 milhões de km²; a Bélgica 2,3 milhões de km²; a Rússia 1,3 milhões de km²; a Itália 500 mil km² e os Estados Unidos 350 mil km²). Ou seja, ¼ da população mundial estava subjugada e sob domínio de governos capitalistas da Europa e dos Estados Unidos.

De acordo com Netto e Braz (2007), a constituição dos *welfare states* demandou uma “refuncionalização do Estado”. Isso não significa que o Estado tenha em algum momento perdido sua funcionalidade, mas sim que novas formas de intervenção estatal são demandadas para garantir aquele arranjo histórico. Ou seja,

(...) o imperialismo [portanto] levou à *refuncionalização do Estado*: sua intervenção na economia, direcionada para assegurar os superlucros dos monopólios, visa preservar as condições externas da produção e da acumulação capitalistas, mas implica ainda uma intervenção direta e contínua na dinâmica econômica desde o seu próprio interior, através de funções econômicas diretas e indiretas. [No entanto,] num marco democrático, para servir ao monopólio, o Estado deve incorporar outros interesses sociais; ele não pode ser, simplesmente, um instrumento de coerção – deve desenvolver mecanismos de coesão social. [e, nesse sentido, os *welfare states* cumprem papel fundamental]. Netto e Braz (2007, p. 203-205).

A ampliação e refuncionalização da esfera estatal nesse período se traduziram em aumento dos gastos governamentais como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) nas principais economias capitalistas. Portanto, o crescimento econômico entre os anos 1940 e 1970, por um lado, e a Guerra Fria, por outro, retardaram a necessidade de disseminação do neoliberalismo como alternativa político-ideológica até a grande crise capitalista iniciada nos anos 1970. No entanto, no pós-crise, a reestruturação do capital recorreu aos alfarrábios e práticas liberais.

4. NEOLIBERALISMO: IDEOLOGIA CONTEMPORÂNEA E NOVA ETAPA DO CAPITALISMO

Para fins da periodização aqui adotada, se entende que a terceira fase do imperialismo tem início precisamente com a crise de 1970, um marco que coloca fim aos “anos dourados”. A configuração do capitalismo contemporâneo, com caráter neoliberal, começa a ser gestada nesse momento. De acordo com Braga (*apud* Netto; Braz, 2007), a restauração do capital diante da crise dos setenta teve como principais pilares de sustentação: um processo de financeirização da riqueza, a reestruturação produtiva e a emergência da ideologia neoliberal.

O processo de financeirização da riqueza é uma das mais importantes transformações da contemporaneidade. Segundo Netto e Braz (2007):

A existência de uma certa massa de capital sob a forma de capital dinheiro é indispensável à dinâmica do capitalismo e essa massa é remunerada através dos juros. À medida que o capitalismo se desenvolveu, um segmento de capitalistas passou a viver exclusivamente desse capital que conservaram sob forma monetária – trata-se da camada de capitalistas *rentistas*, que não se responsabilizam por investimentos produtivos. O que vem se

passando no capitalismo contemporâneo é o fabuloso crescimento (em função da superacumulação e da queda das taxas de lucros) dessa massa de capital dinheiro que não é investida produtivamente, mas succiona seus ganhos (juros) da mais-valia global – trata-se, como se vê, de uma sucção parasitária. (Netto e Braz, 2007, p. 231).

Como desdobramento dessa “autonomização” do capital dinheiro (ou capital-monetário), tem-se o que Marx (1988) denominou de capital fictício.¹¹ A categoria capital fictício, ainda que seja um desdobramento dialético do capital portador de juros, não é o mesmo que este último. O capital portador de juros refere-se a uma massa de capital na forma de dinheiro que é emprestada para que um outro indivíduo (capital em função) implemente um processo produtivo, sob a compensação de um pagamento de juros. O desenvolvimento dessa lógica de mera apropriação de mais-valia faz com que qualquer renda (inclusive juros, mas não apenas) auferida periodicamente seja encarada como um desdobramento de um capital que, na verdade, não existe; por isso fictício.

Este capital fictício define-se, ainda, por direitos de propriedade, tal como ações e títulos, que representam um direito de participação em algo (direito de apropriação da mais-valia produzida pelo capital produtivo) que somente tem expectativas de existir, ou seja, quando um acionista adquire parte de uma empresa via compra de ações, permite a alavancagem de recursos da empresa e espera algum rendimento futuro a partir dos lucros que a empresa espera obter, mas nada garante que esses lucros existirão efetivamente e que, por extensão, retornarão rendimentos aos acionistas. Isso dá à lógica de valorização do capital fictício uma característica eminentemente especulativa. As primeiras formas de capital fictício tratadas por Marx foram as ações e os títulos da dívida pública (MARX, 1988, v. V, cap. XXIX), mas o processo de inovações financeiras, que acompanhou a liberalização dos mercados financeiros no pós-crise de 1970 principalmente, tratou de ampliar as formas contemporâneas do capital fictício.

A principal característica do capitalismo contemporâneo não é propriamente a existência de capital dinheiro e de capital fictício, que são fundamentais para a reprodução da relação social do capital, mas a hipertrofia da massa de capital existente sob tais formas, tendo estes capitais um caráter parasitário e especulativo, ou seja, não guardam qualquer correspondência – em termos de contribuição, ainda que não se possa dizer o mesmo quando se trata de apropriação – com a massa de valores reais existentes na economia. Além disso, como chamam a atenção Netto e Braz (2007), esses ganhos na esfera financeira reforçam uma percepção socialmente equivocada e prejudicial de que a esfera da circulação é responsável pela geração de valores, como se isso fosse possível sem a intermediação da produção.

A crise do capitalismo nos anos 1970 representou uma enorme massa de capital, sob várias formas (dinheiro, produtivo e mercadorias), sobrando, acumulado em excesso frente à valorização requerida ou, nas palavras de Marx (1988), superacumulado.¹² O capital sobrando encontrou nos mercados financeiros liberalizados um espaço de

¹¹ Para mais detalhes, ver Marx (1988), v. 5, cap. XXIX.

¹² Marx chama de superacumulação de capital. Neste caso, ver, por exemplo, Marx (1988), v. 4, cap. XV.

valorização que contribuiu para a retomada da acumulação de capital. Assim, o brutal crescimento da massa de capital fictício fez com que esta nova fase da etapa imperialista do capitalismo se caracterize por uma lógica cada vez mais financeiro-fictícia. Trata-se, portanto, de um instrumento do processo de restauração do capital no pós-crise de 1970.

Com relação ao segundo elemento apontado por Braga (*apud* NETTO; BRAZ, 2007), a reestruturação produtiva, é possível afirmar que naquele momento se esgota a modalidade de acumulação denominada rígida, própria do taylorismo-fordismo, e tem início a acumulação flexível. Segundo Menegat (2007), trata-se da terceira revolução técnico-científica,

que começou a dar os seus primeiros passos no pós-Segunda Guerra (1945), mas apenas estava madura para se generalizar nas décadas de 1970-80. Ela é a decorrência de uma lei básica desta sociedade, que precisa, devido a intensa concorrência dos produtores privados, revolucionar permanentemente as forças produtivas, realizando com isso profundas mudanças no processo de produção, com fortes reflexos sobre o mundo do trabalho. As transformações em andamento têm na microeletrônica o seu ponto alto. [...]. A organização produtiva fordista, base do processo produtivo do período anterior, foi suplantada por estas novas tecnologias e suas formas organizacionais derivadas. A produção se torna flexível, com ciclos rápidos de maturação e obsolescência, tanto dos produtos, como dos meios de produção e das linhas produtivas, podendo todos ser substituídos com relativa rapidez. (Menegat, 2007, p. 31-32).

A reestruturação produtiva, associada à descentralização e internacionalização produtiva – que teve início após a Segunda Guerra, mas que se aprofunda posteriormente –, é essencial para o capital, na medida em que incorpora novas formas de valorização. Para tanto, é essencial então a “incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnico-científicos, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda de trabalho vivo” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 215-216), ou seja, que impõe ofensivas ainda maiores ao trabalhador coletivo!

Os processos acima mencionados, de financeirização da riqueza e reestruturação produtiva, são respaldados e aprofundados na medida em que se constitui uma estrutura ideológica e, na sequência, político-econômica, de sustentação a isso. Trata-se do neoliberalismo.¹³ Ao dar nova funcionalidade às teses liberais, um dos principais ataques

¹³De acordo com Carlos Nelson Coutinho, existe uma importante distinção feita na literatura italiana (como, por exemplo, por Croce) entre liberalismo e liberismo (informação verbal fornecida em 09/07/2009). O liberalismo pode ser originalmente identificado com o espectro político da esquerda, isto é, um pensamento que se coloca em oposição ao *status quo*, e faz referência, historicamente, ao posicionamento adotado pela burguesia contra os privilégios feudais. No entanto, os eventos da Primavera de 1848 conduzem a uma decadência ideológica da burguesia, que se converte em uma classe conservadora, isto

promovidos pelo neoliberalismo será contra os Estados nacionais. Com isso, um dos principais resultados da adoção do receituário de políticas neoliberais é a menor capacidade dos Estados nacionais em formular e conduzir suas políticas “autonomamente”.¹⁴ O “espaço nacional efetivamente se debilitou, mesmo que limitemos a globalização a uma universalização do capital financeiro tão-somente, acompanhada de políticas dirigidas de desregulamentação” (SADER, 1999, p. 125-126), no entanto, essa perda de autonomia não deve ser correlacionada a um suposto declínio do papel do Estado. O que se observa sim é uma acentuada alteração no padrão dos gastos estatais, agora muito mais centrado na esfera financeiro-fictícia em detrimento de políticas públicas de caráter universalizante. Isto posto, trata-se de um Estado comprometido com a valorização capitalista financeiro-fictícia e, para que isso seja possível, a restauração do capital exigiu, nos termos de Sader (1999), um Estado “mini-max”, mínimo para o trabalho e máximo para o capital.

Em termos práticos, o conjunto de estratégias e de política econômica, pode ser sintetizado em estabilização macroeconômica e reformas estruturais (dentre as quais as mais importantes são: liberalização comercial, liberalização financeira e privatização das empresas estatais). Ressaltam-se adicionalmente aqui dois elementos: (i) o receituário neoliberal mostra-se particularmente preocupado com a questão da estabilidade monetária e (ii) pelo receituário, a adoção daquelas estratégias e/ou políticas garantiria a retomada dos investimentos e o crescimento econômico com distribuição de renda.

Fiori (1997, p. 205-208) qualifica como sendo estrondosa a vitória do neoliberalismo no pós-1970, em termos ideológicos, políticos e econômicos. A processualidade de sua consolidação se deu em etapas que podem ser resumidas em: (i) no pós-Segunda Guerra, quando Hayek expõe seu pensamento crítico à intervenção do Estado na economia; (ii) tem início nos anos 1960, quando seguidores das ideias de Hayek e também Milton Friedman, começaram a conquistar espaço acadêmico no mundo; (iii) se estabelece com a passagem do plano teórico para o campo político, emblematicamente concretizado com a chegada ao governo de Margareth Thatcher na Inglaterra (1979), Ronald Reagan nos Estados Unidos (1980) e Helmut Kohl na Alemanha (1982). É nesse momento que as ideias e as práticas políticas neoliberais são incorporadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial; e, por fim, (iv) no final dos anos 1980, diante da crise do bloco de países socialistas, as ideias neoliberais avançam por serem opostas àquelas. Utilizando-se a obra de Sader (2009) é possível incluir aqui uma quinta e última etapa do neoliberalismo, o de sua atual crise, ainda que não se trate

é, que passa a lutar pela manutenção do capitalismo. O liberalismo que passa a ser defendido desde então aceita a existência de instâncias que se encarregam de colocar em funcionamento as instituições capitalistas, ou seja, que garantam a reprodução capitalista – nem que para isso sejam necessárias algumas intervenções pontuais do Estado de forma a contornar possíveis falhas de mercado. No caso do liberalismo, defende-se um mercado ainda mais desregulamentado. Um clássico exemplo de autor liberista é Hayek. Por uma questão de comodidade, utilizaremos aqui o vocábulo mais empregado no Brasil, qual seja, liberalismo e, para designar seu correlato contemporâneo, neoliberalismo.

¹⁴ O termo aqui é colocado entres aspas, pois se refere ao grau de autonomia que um determinado país pode ter frente à configuração internacional de poder no capitalismo. Evidentemente, o termo não pretende se referir a um pretense Estado autônomo em relação à luta de classes.

de uma derrota, mas que existe como tal. Essa crise se deve à incapacidade das políticas neoliberais em oferecer os resultados prometidos, isto é, a retomada dos investimentos e do crescimento econômico com distribuição de renda.

Desde o início da presente seção se trabalha com a ideia de que o neoliberalismo impõe novas determinações à fase capitalista imperialista, o que tem início precisamente com a crise de 1970, um marco que coloca fim aos “anos dourados”. Isto posto – e admitindo-se adicionalmente a existência da crise da ideologia neoliberal e do seu respectivo receituário de políticas –, num exercício de interpretação da contemporaneidade, seria possível afirmar que o neoliberalismo se consolida(ou) como uma nova etapa do capitalismo?

No presente artigo, a hipótese preliminar trabalhada é de que o neoliberalismo é tão somente a ideologia do capitalismo contemporâneo. Em primeiro lugar, porque o capitalismo contemporâneo possui as mesmas determinações que caracterizam esse modo de produção e foram apresentadas nas seções iniciais do presente artigo, isto é, ainda que se admitam profundas alterações em termos de forças produtivas, suas relações sociais fundantes permanecem inalteradas. No entanto, caso se considerasse apenas esse elemento, tampouco seria possível caracterizar as demais fases constitutivas do capitalismo. Nesse sentido, em segundo lugar, argumenta-se aqui que, ainda que seja possível visualizar a emergência de novos elementos explicativos para o capitalismo contemporâneo, persiste e se aprofunda o processo de centralização de capital e de posturas que caracterizam sua etapa imperialista. Nesse sentido, trata-se de uma nova determinação, por exemplo, a exacerbada dependência financeira dos países periféricos em relação aos centros capitalistas. No entanto, pode-se definir esse processo como uma nova roupagem de uma velha postura neocolonial.

Segundo Coutinho (2007), o neoliberalismo pode ser considerado uma contra-reforma, sendo que a

(...) diferença essencial entre uma revolução passiva e uma contra-reforma reside no fato de que, enquanto na primeira certamente existem “restaurações”, mas que “acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo”, como diz Gramsci, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho. [...] a contra-reforma não se define como tal, como um movimento restaurador, mas — tal como o faz o neoliberalismo de nossos dias — busca apresentar-se também ela como uma “reforma”. [...]. A versão atual da ideologia neoliberal faz assim da reforma (ou mesmo da revolução, já que alguns gostam de falar de uma “revolução liberal”) a sua principal bandeira. Coutinho (2007, s/n).

O neoliberalismo, portanto, não é uma revolução (nem mesmo passiva) e nem sequer uma reforma. Trata-se de uma contra-reforma, isto é, um “novo” elemento ideológico que emerge e permite caracterizar o capitalismo contemporâneo no pós-crise de 1970. Uma ideologia que, materializada em ações práticas (como bem o comprovam

as políticas econômicas), permitiu atender às necessidades de reestruturação e recuperação dos níveis de acumulação do capital nas últimas décadas.

5. APONTAMENTOS FINAIS

O presente artigo procurou apresentar uma análise dos principais elementos distintivos das etapas constitutivas do capitalismo. As determinações do capitalismo contemporâneo, de predominância neoliberal, são certamente distintas de qualquer outra de suas fases, bem como são distintas as determinações que caracterizam cada etapa. Nesse sentido, o neoliberalismo é sim parte integrante da etapa imperialista do capitalismo, sendo sua principal determinação distintiva a hipertrofia da massa de capital existente sob a forma de capital dinheiro e de capital fictício.

O neoliberalismo não é uma “revolução”, como querem seus defensores, e o que, porventura, poderia ser capaz de equipará-lo à fase clássica do capitalismo – marcado por revoluções. A autoproclamada “revolução liberal” é, em verdade, uma contra-reforma, com preponderância do velho, isto é, que não acolhe as “exigências que vinham de baixo” (COUTINHO, 2007). De forma contrária a isso, os resultados das políticas neoliberais levaram a um rechaço a estas exatamente por parte dos que “vinham de baixo”. O que explica, em grande medida, a subida ao poder de vários governos progressistas na América Latina nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS

- BARAN, P.; SWEEZY, P. *O Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BEAUD, M. *História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BILBAO, L. *Venezuela en revolución: renacimiento del socialismo*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2008.
- COUTINHO, C. N. *A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?* Disponível em: <<http://www.socialismo.org.br/portal/filosofia/155-artigo/405-a-epoca-neoliberal-revolucao-passiva-ou-contra-reforma>>. Acesso em: 15 jul. 2009, 2007.
- FIORI, J. L. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GORENDER, J. Apresentação. In: MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBBSBAWM, E. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- _____. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

- IASI, M. L. Introdução: as revoluções do século 19 e a poesia do futuro. In: MARX, K. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- KOHAN, N. *Gramsci e Marx*. hegemonia y poder en la teoria marxista. 2007. Disponível em: <<http://www.lahaine.org/amauta/b2-img/gramscimarx.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2008.
- LÊNIN, V. I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. (Obras escolhidas, v. 1).
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 5 vols. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MENEGAT, M. A Face e a Máscara: a barbárie da civilização burguesa. *Revista Eletrônica Pegada*. Presidente Prudente, v. 8, n. 2, 2007.
- NETTO, J. P. e BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SADER, E. Estado e Democracia: os dilemas do socialismo na virada de século. In: SADER, E. ; GENTILI, P. (Org.) *Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SHAIKH, A. *Valor, Acumulación y Crisis: ensayos de economía política*. Buenos Aires: Ediciones RyR, 2006.
- SWEEZY, P. *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.